ATA DA 44ª (QUADRAGÉSIMA QUARTA) SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º (SEGUNDO) PERÍODO DE 2013 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ – RJ

Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Itaguaí, sito à Rua Amélia Louzada, nº 277 – Centro, reuniram-se os Senhores Vereadores para a 44ª Sessão Ordinária do 2º período do ano de 2013. Procedida à chamada nominal responderam presente os seguintes Vereadores: Nisan Cesar dos Reis Santos – Presidente; Marco Aurélio de Souza Barreto – 1º Vice Presidente; Mirian Pacheco da Silva – 2ª Vice Presidente; Vicente Cicarino Rocha – 3º Vice Presidente; Noel Pedrosa de Mello – 1º Secretário; Carlos Eduardo Kifer Moreira Ribeiro – 2º Secretário; Abeilard Goulart de Souza Filho; Genildo Ferreira Gandra; Jailson Barboza Coelho; Márcio Alfredo de Souza Pinto e Ver. Roberto Lúcio Espolador Guimarães. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou aberta a presente Sessão convidou a Vereadora Mirian Pacheco a proceder a Leitura Bíblica: Salmos 128. Em seguida, convidou o 1º Secretário para realizar a leitura da Ata anterior, que submetida a discussão e votação foi aprovada. O Sr. Presidente parabenizou a Secretaria de Saúde e as Senhoras Priscila e Shaiene pelo evento que celebrou o Dia Internacional da Saúde Mental, realizado nesta Casa Legislativa. Agradeceu o Vereador Marco Barreto por ter representado esta Casa no referido evento. Agradeceu ao Prefeito por ter iniciado a obra de recuperação da calçada da Orla de Coroa Grande. Dando prosseguimento a Sessão, convidou o 1º Secretário a realizar a leitura dos expedientes. **Expedientes Recebidos: Mensagem nº 039/GP/2013** de 08/10/2013: Excelentíssimos senhores presidente e demais membros da Câmara de Vereadores do Município de Itaguaí. Tenho a honra de dirigir-me a Vossas Excelências para remeter-lhes o incluso Projeto de Lei que "institui o pagamento de gratificação aos profissionais médicos que menciona e dá outras providências". (a) Luciano Carvalho Mota – Prefeito. **Despacho:** A Comissão de Constituição, Justiça e Redação para Emitir parecer. Em 10/10/2013. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Projeto de Lei** de autoria do Ver. Noel Pedrosa: Ementa: Estabelece diretrizes para a Política Municipal de Educação Alimentar Escolar e Combate à Obesidade, e dá outras providências. **Despacho:** A Comissão de Constituição, Justiça e Redação para Emitir parecer. Em 10/10/2013. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Jornal Oficial de Itaguaí** ano 6, nº 311. **Despacho:** Ciente, Arquive-se. Em 10/10/2013. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Expediente Expedido: Ofício nº 352/2013** de 09/10/2013: Ao Exmº. Sr. Luciano

Carvalho Mota – Prefeito, Comunicando aprovação da indicação nº 222/2013. **Ofício nº 353/2013** de 09/10/2013: Ao Exmº. Sr. Luciano Carvalho Mota – Prefeito, Comunicando aprovação da indicação nº 217/2013. **Ofício nº 354/2013** de 09/10/2013: Ao Exmº. Sr. Luciano Carvalho Mota – Prefeito, Comunicando aprovação da indicação nº 218/2013. **Ofício nº 355/2013** de 09/10/2013: Ao Exmº. Sr. Luciano Carvalho Mota – Prefeito, Comunicando aprovação da indicação nº 219/2013. **Ofício nº 356/2013** de 09/10/2013: Ao Exmº. Sr. Luciano Carvalho Mota – Prefeito, Comunicando aprovação da indicação nº 220/2013. **Ofício nº 357/2013** de 09/10/2013: Ao Exmº. Sr. Luciano Carvalho Mota – Prefeito, Comunicando aprovação da indicação nº 221/2013. Terminada a leitura dos expedientes, o Ver. Carlos Kifer solicitou dispensa de interstício para as matérias oriundas do Poder Executivo constante em Pauta. O pedido foi submetido a discussão e votação, sendo aprovado. O Ver. Vicente, solicitou que fossem fixados os balancetes mensais e os balanços anuais no átrio da Câmara Municipal para conhecimento público, conforme Artigos 39, 40 e 41 do Regimento Interno. Logo depois o Sr. Presidente passou à **Ordem do Dia**, e solicitou ao 1º Secretário que realizasse a leitura dos documentos constantes de pauta: **Parecer da Comissão de Defesa do Consumidor**: Assunto: Projeto de Lei de autoria do Vereador Vicente Cicarino Rocha. Ementa: Dispõe sobre o horário de funcionamento das Agências Bancárias no Município de Itaguaí. Relator: Vereador Carlos Kifer. A Comissão de Defesa do Consumidor, após verificar todos os aspectos referentes a matéria em epígrafe, nada tem a opor quanto a sua aprovação. É o Parecer. Sala das Comissões, 10/10/2013. (aa) Roberto Lúcio; Carlos Kifer; Noel Pedrosa. **Despacho**: Aprovado, inclua-se na ordem do dia da próxima reunião em primeira discussão. Em 10/10/2013. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Primeira Discussão da Lei nº 3.178**: Dá denominação oficial a logradouro público localizado no Bairro Vila Ibirapitanga - Itaguaí - RJ. O Prefeito Municipal de Itaguaí-RJ; Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei: ART. 1º - O Logradouro Público conhecido como Rua Potiguaras, localizada no Bairro Vila Ibirapitanga, passa a denominar-se oficialmente: Rua Potiguaras. ART. 3º - Esta Lei entrar á em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. (a) Luciano Carvalho Mota- Prefeito. **Despacho**: Aprovado em primeira Discussão, inclua-se na ordem do dia da próxima reunião em discussão final. Em 10/10/2013, (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Primeira Discussão da Lei nº 3.175**: Dispõe sobre a atenção à saúde ocupacional dos profissionais de enfermagem enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras no Município de Itaguaí e dá outras providências. Art.1º - O Município de Itaguaí, através da iniciativa do Poder Executivo, convém contar com diretrizes específicas para obrigar a todos os estabelecimentos ou serviços públicos e privados de

saúde, localizados no Município, a dispensar aos profissionais de enfermagem - Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem e Parteiras que prestam serviços ao município, as mesmas medidas protetivas aplicadas às demais categorias profissionais, as estabelecidas na legislação aplicável à espécie, em especial a Norma Regulamentadora 32 NR 32, bem como as previstas na presente Lei e seu Anexo Único. Parágrafo Único - Caberá ao Gestor da Unidade de Saúde em conjunto com o responsável Técnico da Enfermagem, tomar formalmente as providências necessárias à garantia da manutenção da saúde dos trabalhadores de enfermagem, em todos os seus aspectos, de maneira que o disposto no caput seja plenamente observado. Art. 2º - As Comissões de Ética de Enfermagem, onde houver, ficam incumbidas de assessorar os gestores e gerentes em questões envolvendo a saúde ocupacional do profissional de enfermagem. Art. 3º - O gestor deverá designar profissional enfermeiro, com especialização em Saúde Ocupacional, como responsável pelo acompanhamento da saúde ocupacional dos demais profissionais de enfermagem da instituição, respeitadas as atribuições e as peculiaridades de cada instância. Art. 4º - Nas atividades que envolvam riscos ocupacionais como os referidos no Anexo Único, os profissionais de enfermagem - Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem e Parteiras deverão, sempre, ter acesso à proteção coletiva e, em caráter complementar, a equipamentos de proteção individual. Art. 5º - As medidas elencadas no Anexo Único desta Lei deverão ser tomadas sem prejuízo de outras normativas de âmbito federal, estadual ou municipal, que venham, efetivamente, proteger a saúde ocupacional dos profissionais de enfermagem. Art. 6º - Os estabelecimentos ou serviços de saúde públicos e privados deverão providenciar a realização de exame médico periódico adequado para cada risco ocupacional específico, com o objetivo de prevenir ou diagnosticar precocemente agravos à saúde dos profissionais de enfermagem que labutem para os mesmos. Parágrafo 1º - Tal obrigatoriedade não exclui a necessidade de consentimento para execução de tais exames, sendo que, em caso de recusa, o profissional de enfermagem deverá assinar um termo de responsabilidade que permanecerá arquivado na instituição. Parágrafo 2º - Relativamente aos exames de monitorização biológica de que trata o item 3 do Anexo Único desta lei, não há a necessidade de que sejam realizados em mais do que um dos vínculos de trabalho do profissional de enfermagem, desde que os riscos sejam os mesmos. Art. 7º - Os estabelecimentos e serviços de Saúde, por meio dos responsáveis definidos nos Artigos 1º, 2º e 3º ficam obrigados a informar, aos profissionais de enfermagem, os riscos ocupacionais existentes nas suas atividades, os resultados dos exames médicos e complementares aos quais estes forem submetidos e os resultados ambientais realizadas nos locais de trabalho. Art. 8º - Ficam proibidos plantões superiores a 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas. Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário. Anexo Único: Quando da aplicabilidade da fiscalização das medidas a serem adotadas pelos estabelecimentos e serviços de saúde na proteção da saúde ocupacional dos profissionais de enfermagem, deverão ser observados: 1 - Em relação aos riscos laboratoriais potencialmente presentes nos ambientes de trabalho dos estabelecimentos de saúde, abaixo transcritos, devem ser providenciadas as medidas de proteção pertinentes, sem prejuízo de outras que se fizerem necessárias: A - Riscos biológicos: Nas atividades de pronto atendimento, prontos socorros: traumatologia, moléstia infectocontagiosas, cirurgia, análises clínicas, anatomia patológica, de verificação de óbito e outros serviços com riscos de exposição a fluídos orgânicos potencialmente contaminados: A. 1- Medidas de proteção: A.1.1- Os profissionais de enfermagem deverão ter acesso a dispositivos de proteção adequados, tais como: óculos de proteção, aventais impermeáveis, luva, toucas e máscaras; A.1.2 -imunização contra agentes biológicos, tais como: hepatite B, Gripe (Influenza) e demais doenças evitáveis por vacinação; A.1.3 - em caso de acidentes do tipo perfurocortante com material potencialmente contaminado, hão de ser adotadas medidas de quimioprofilaxia de acordo com as recomendações do Ministério da Saúde, devendo seus fluxogramas de procedimentos ser devidamente registrados. B - Riscos físicos: Nas atividades em que existe a presença de ruídos acima do limite de tolerância, radiações ionizantes (RX e radiação gama): B.1 - Medidas de proteção: B.1.1 - No caso de presença de radiações ionizantes: proteção coletiva, tais como: parede e anteparos protetores plumbíferos. Como proteção individual: luvas, aventais, óculos e protetores de tireoide plumbíferos; B.1.2 - fornecimento e controle adequado do dosímetro, em caso de exposição a radiações ionizantes, B.1.3 - no caso de exposição a ruído acima do limite de tolerância biológico (LTB) Fornecimento de protetores auriculares. C- Riscos químicos: Nas atividades em que existe a presença de gases anestésicos, vapores e poeiras tóxicos, tais como: centrais de esterilização, centro cirúrgico, preparo de quimioterapia, patologia clínica e medicina legal: C. 1 - Medida de proteção: C 1.1 - Ventilação local exaustora, capelas com fluxo laminar e, na impossibilidade do controle eficaz dessa forma ou em caráter complementar, o uso de máscaras com filtros adequados. D - Riscos psicossociais e agentes ergonômicos: Nas atividades em que existam movimentos repetitivos e/ou posturas corporais inadequadas, grande demanda de atendimentos em condições penosas, altamente estressantes ou regimes de plantão de 12 e 24 horas: D.1 - Medidas de proteção: D.1.1 - Os profissionais de enfermagem deverão ter suas escalas diárias de trabalho elaboradas de forma que permitam pausas compensatórias em ambiente específico, amplo, arejado, provido de mobiliário adequado e com área útil compatível com a quantidade de profissionais diariamente em serviço, dotado ainda de conforto térmico e acústico adequado para repouso,

alimentação, higiene pessoal e necessidades fisiológicas; D.1.2 - Os ambientes, tais como: centros cirúrgicos, prontos socorros e consultórios deverão possuir um grau de iluminação, temperatura e acústica adequados às tarefas executadas. D. 2 - Medidas complementares: D.2.1 - Serviços de pronto socorro geral e/ou psiquiátrico deverão contar com pessoal preparado e treinado para a adequada contenção de pacientes agitados e/ou agressivos; D.2.2 - Em locais de trabalho sabidamente violentos e que exponham a risco a integridade física dos profissionais de enfermagem no atendimento de pronto-socorro, deverá haver a manutenção de profissionais da área de segurança, pública ou privada. 2 - Estando a profissional de enfermagem em período de gestação, deverá ser garantida, à mesma, a não atuação em áreas de risco à saúde materno-fetal, e garantida a proteção efetiva nas atividades habituais. 3 - Relativamente ao que trata o artigo 6º da presente lei, além da anamnese e exame físico, deverão ser realizados os seguintes exames complementares: 3.1 - Hemograma completo, anual, para os profissionais de enfermagem que atuem em procedimentos cirúrgicos, radiodagnósticos, radioterapêuticos, e no reparo da quimioterapia; 3.2 - Raios X de tórax anual e PPD para aqueles expostos a BK; 3.3 – Os profissionais de enfermagem do trabalho expostos aos ambientes de produção deverão ser submetidos aos exames complementares previstos no PCMSO da empresa onde atuem; 3.4 – Para os profissionais de enfermagem expostos agentes carcinogênicos e/ou teratogênicos, desde que existentes, exames de monitorização biológica específicos para os riscos envolvidos. 3.5 - De forma complementar: 3.5.1 - Que sejam disponibilizados, pelos estabelecimentos e serviços de saúde, exames complementares para detecção precoce de agravos à saúde, relacionados a gênero, idade e estilo de vida dos profissionais de enfermagem que lhe prestem serviço; 3.5.2 - Que sejam disponibilizados, pelos estabelecimentos e serviços de saúde, programas permanentes de prevenção e redução de riscos ocupacionais para os profissionais de enfermagem - Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem e Parteiras que lhe prestem serviço. **Despacho:** Aprovado em primeira discussão, inclua-se na ordem do dia da próxima reunião em discussão final. Em 10/10/2013. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. Nada mais havendo para constar, o Sr. Presidente encerrou a presente Sessão, marcando outra logo a seguir. Nós, Domingos e Joselaine a redigimos.

Presidente

Vice Presidente

Primeiro Secretário

Segundo Secretário